

Jonathan Spence. *Em busca da China Moderna.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 697 pp.

EM BUSCA DA CHINA MODERNA¹

Marcos Lanna²

Professor do Departamento de Antropologia da UFPr

Em Busca da China Moderna é uma obra importante de um dos maiores sinólogos deste século, o britânico Jonathan Spence, professor de História da Universidade de Yale. É uma “história geral”, um pouco como se fazia antigamente, de amplo escopo (de 1600 até os nossos dias), abordando um país para nós misterioso. Spence analisa o final da dinastia Ming, a dinastia Qing (1644-1912), o período republicano e posteriormente o comunista. Este livro lhe foi encomendado como um texto básico para os cursos sobre civilização chinesa das universidades americanas. Nele, Spence pode reavaliar em uma linguagem mais acessível temas de livros anteriores.

Spence já havia escrito uma história do século XX na China (*The Gate of Heavenly Peace*), um clássico sobre o poder dos imperadores (*Emperor of China, Self-Portrait of K'ang-shi*) e uma história dos acesores ocidentais desde 1620 (*To Change China*). Neste *Em Busca da China Moderna* ele nos mostra como a compreensão da história da China, inclusive a mais recente – já que 547 das 697 páginas são dedicadas aos dois últimos séculos - depende da articulação entre os seguintes temas, por ele já analisados anteriormente: o poder central, a relação com os estrangeiros e a história militar.

Há assim um esforço para a construção de uma “história de longa duração”, ou para o entendimento de grandes continuidades estruturais, um pouco como buscava Fernand Braudel. Spence é extremamente bem sucedido ao demonstrar que a história chinesa é feita, em grande medida, por “valores imutáveis” e “ciclos sobrepostos de colapso e reconsolidação”. Sua preocupação com detalhes não o impossibilita, mas, ao contrário, o auxilia a nos mostrar continuidades em vários setores. A principal delas talvez seja a ocorrência de revoltas ou rebeliões contra o poder do Estado. No caso daquelas inspiradas pelos comunistas, estes são descritos sagazmente por Spence como capazes da “habilidade” única de “transformar descontentamento fiscal em luta de classes”. Muitas outras continuidades fundamentais poderiam ser mencionadas, referentes à ocupação geográfica (por exemplo, há séculos a China faz tentativas fracassadas para ocupar o Vietnã), à influência político-ideológica do confucionismo, ao controle que o Estado sempre exerceu sobre a economia, à persistência da corrupção, em alto grau, dos mais variados tipos nos vários graus da burocracia, à importância dos rituais (houve mesmo um Ministério dos

Rituais, que tratava das “relações tributárias”: era um equivalente de um ministério de relações exteriores, mas com a responsabilidade de cobrar impostos) e à importância dos exames para recrutamento da burocracia imperial, reproduzidos aliás hoje nas universidades ou no Partido Comunista.

Ao mesmo tempo, Spence se afasta do programa tão em voga da “história das mentalidades” francesa, permanecendo fiel a um estilo historiográfico mais tradicional. Afinal, trata-se de mostrar que a história da China sempre foi – ou é até hoje – uma história de reis e batalhas. O autor, entretanto, não deixa de mostrar a repercussão, para os camponeses dos quatro cantos da China, das decisões das cortes Ming ou Qing, assim como dos gabinetes republicanos ou comunistas em Pequim e em outras cidades, ou mesmo das decisões dos generais guerrilheiros, revolucionários ou contra-revolucionários, estes também reproduzindo alguns dos modelos tradicionais da chefia.

Spence coloca a questão de até quando a China permanecerá “pré-moderna”, concluindo que qualquer resposta será temerária no atual grau de conhecimento que o Ocidente tem sobre este país. Como é praxe entre britânicos, já séculos antes da propalada antipatia de Churchill em relação aos chineses, Spence se espanta com a distância que estes sempre tomaram em relação à Revolução Industrial, ou com uma suposta incapacidade destes para adotar, desde o século XVII, práticas de administração “racional” da economia, deixando “recursos inexplorados”; da mesma forma, no capítulo final do livro há uma crítica ao que seria uma incapacidade chinesa para adotar padrões ocidentais de justiça. Spence não percebe que fatos que ele descreve, como a decepção que investidores estrangeiros tiveram com o suposto potencial irrealizado do mercado chinês - antes e depois da Guerra do Ópio, assim como antes e depois do comunismo - poderão já estar incorporados como mais um entre outros ciclos que sempre caracterizaram a história chinesa. Isto é, a decepção de investidores e capitalistas ocidentais e japoneses em relação à China me parece se vincular à própria ordem estrutural chinesa, sendo algo que pode se repetir atualmente, quando supostamente a China “se abre” para a economia de mercado. Não há reflexões mais aprofundadas sobre estes fatos, que a meu ver poderiam revelar não uma pré-modernidade e sim uma não-modernidade chinesa.

Como o título sugere, o tema básico do livro é a questão, fundamental, da modernidade na China. Spence demonstra em que medida esta questão se confunde com aquela da presença ocidental na China através dos últimos quatro séculos, ou, de forma mais ampla, aquela da relação entre chineses e estrangeiros há milênios. Spence nos mostra ainda a importância do significado da própria noção de modernidade, não parecendo se interessar por uma discussão atualmente em moda na Academia: a importância (ou não) da definição da civilização ocidental como moderna. Há assim uma superficialidade ou um tomar como um dado pressuposto tanto de características da estrutura chinesa como da modernidade capitalista.

No início do livro há uma definição rápida da “nação moderna” como “ao mesmo tempo integrada e receptiva, segura de sua própria identidade sem deixar de ser capaz de se juntar às outras, em pé de igualdade, em busca de novos mercados, novas tecnologias e novas idéias”. Ora, esta definição parece ser a da posição dos países industrializados - ou da visão que eles têm deles mesmos - em relação à China. Se o critério do que é ser “receptivo” é adotar o “livre comércio”, então a China nunca foi moderna. Mas a China sempre comerceou e sempre foi segura de si mesma (até demais); só mesmo um inglês empeder-

nido não reconhecera a civilidade do costume chinês de ter uma “temporada de comércio”, que, no final do século XVIII, durava de outubro a março. Pode-se assim, e o próprio livro nos ajuda, definir esta “receptividade” de outra forma, a partir de leis milenares de hospitalidade e de trocas não-capitalistas, de tributos e dádivas, como fez Marshall Sahlins em *Cosmologias do Capitalismo: o setor trans-Pacífico do “Sistema Mundial*. Aliás, os ingleses tentaram imitar estas regras - talvez em vão, dado o grau de refinamento de suas classes mais baixas - como o costume (chinês) de tomar chá (chinês) em louças (chinesas), introduzido na Inglaterra no século XVIII, e que gerou um terrível déficit na sua balança comercial, que por sua vez gerou a Guerra do Ópio (Spence nos fornece as cifras).

Spence diz não pretender confinar o sentido de “moderno” ao “mundo contemporâneo” ocidental, mas não percebe que sua definição é derivada das categorias nativas deste mundo, de suas regras específicas, nas quais noções como as de “nação”, “mercado” e “igualdade”, que ele cita, são fundamentais, ou melhor, mais fundamentais do que em outras partes, como na China. Seu livro descreve brilhantemente quais foram as opções chinesas, mas, ao contrário do clássico *La Pensée Chinoise*, de Marcel Granet, de 1934, não aprofunda o sentido da lógica própria desta cultura.

Se o livro se inicia com um comentário sobre o quanto a China tem a nos ensinar, no seu decorrer acaba privilegiando o que ela tem a aprender, ou quanto ela teria deixado de aprender com as nações ocidentais. Acabamos tendo não tanto a visão que a China tem de si mesma, mas sim a visão que tem um britânico de instituições como o poder imperial, a diplomacia chinesa, o casamento real; não espanta assim que suas descrições sejam por vezes perpassadas pelo utilitarismo. Por exemplo, não se aborda a sofisticada noção chinesa de estrangeiro, que implica inclusive inúmeras qualificações, como, entre outras, as de “bárbaro” e “povos tributários” (na qual os ingleses foram incluídos antes da demonstração de sua força militar na Guerra do Ópio, e que não “engolem”, carrascos ressentidos por um não-reconhecimento de sua superioridade, até hoje). Mesmo povos que nós, ocidentais, por vezes classificamos como “chineses” podem, em relação à maioria Han, ser tidos como estrangeiros. Assim, Spence nos mostra como a última dinastia, a dos Qing, era alternadamente considerada ou não “estrangeira” por ser manchú e que por isto sofreu uma oposição “nacionalista”, o que não ocorreu no período Ming. Mas os manchus não chegariam a dominar a China por três séculos se fossem pura ou exatamente “estrangeiros”, como os muçulmanos, por exemplo, uma das 56 minorias, em relação à maioria Han. É esta que, representando 92% da população, define a China não como uma nação-estado moderna, mas como uma fascinante unidade lingüística e cultural.

De todo modo, o livro define uma situação tão recorrente através dos séculos que sou tentado a pensá-la como o “drama” ou “dilema chinês”, assim como o sueco e Prêmio Nobel de economia Gunnar Myrdal pensou o racismo como “dilema americano” e Roberto Da Matta, inspirado em Myrdal, pensou o conflito entre leis doméstico-familiares (a “casa”) e as da suposta universalidade individual burguesa (a “rua”) como “dilema brasileiro”. Esta situação - que Spence pensa como “ironia” - se manifesta na China pelo fato da adoção de valores e tecnologia militar ocidentais poder levar um grupo ao poder - como os guerreiros Qing e os estrategistas confucianos seus aliados, ou, mais tarde, os republicanos ou os comunistas - mas exatamente esta adoção pode gerar uma certa “poluição espiritual” que minará este poder. Mais do que abalarem a auto-estima e o senti-

mento de superioridade chineses, as freqüentes demonstrações de poderio militar ocidental (Guerra do Ópio, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, bomba atômica, etc.) colocaram para os chineses a questão de como criar um “filtro para digerir a tecnologia moderna” e “selecionar o essencial” (p. 653). Este “dilema chinês” tem assim tanto o sentido de um drama como o de um desafio, que, nas palavras do autor, representa para a China “entrar no mundo moderno inteiramente segundo seus próprios termos, não sacrificando em nada sua pureza ideológica” (p. 691).

Concluindo, são 697 páginas de um pensamento rico e maduro. Se não chega a fazer uma história cultural da China, por outro lado Spence tem muito a nos ensinar. Sua leitura deve ser feita tendo em mente que não é apenas na história da China que as guerras nos remetem a determinações estruturais. Seus relatos sobre a Guerra do Ópio ou sobre o período republicano chinês demonstram que também a história ocidental talvez seja antes de mais nada uma história militar. Não só a história do Ocidente é a história da presença inglesa, americana, francesa, alemã, holandesa e mesmo portuguesa em lugares como a China, Índia e Indonésia, mas esta presença é marcada pela superioridade militar ocidental, fato que, de um ponto de vista teórico, ao qual Spence, talvez sabiamente, se furta, não foi analisado em nenhuma parte melhor do que em *Raça e História*, de nosso mestre e colega Claude Lévi-Strauss.

NOTAS

- 1 Uma versão, ligeiramente modificada, desta resenha foi publicada anteriormente no “Caderno de Cultura” do jornal *O Estado de S. Paulo*, 2/3/1996, sob o título de *Um inglês vê a China de 1600 até hoje*.
- 2 Ph.D. em Antropologia pela Universidade de Chicago, autor de *A Dívida Divina: Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*, Campinas, Editora UNICAMP, 1995.